

**CORREIO BRAZILIENSE**

# Artigo: A Amazônia na economia natural do conhecimento

A Amazônia é, de longe, o melhor estudo de caso para inserção do Brasil na economia natural do conhecimento

---

MA\_ [Maurício Antônio Lopes\\*](mailto:iconescb@gmail.com) (mailto:iconescb@gmail.com)

postado em 15/09/2019 09:00 / atualizado em 15/09/2019 10:53

Há um movimento em curso para mudar a linha do tempo geológico da Terra, de Holoceno, o período iniciado há cerca de 12.000 anos atrás, para Antropoceno. A justificativa é que as mudanças profundas pelas quais o planeta tem passado já nos propeliu a um novo tempo, marcado pelas ações dos seres humanos. Definir uma nova era geológica de nossa própria autoria para caracterizar o curtíssimo período em que estamos por aqui pode parecer um tanto absurdo e arrogante, considerando que as eras geológicas até agora descritas perduraram por períodos extremamente longos. Os dinossauros, por exemplo, reinaram absolutos no planeta durante 180 milhões de anos, ou 36 mil vezes o tempo da história humana até agora registrada.

No entanto, nenhum outro ser vivo alcançou a capacidade humana de subverter a escala geológica até então operando no planeta. Em curto espaço de tempo os humanos se tornaram capazes de extrair e usar de forma massiva recursos fósseis e minerais; promoveram profundas alterações nos oceanos e nas paisagens terrestres, com a expansão da agricultura e o avanço incessante das cidades; as rodovias, ferrovias e rotas marítimas e aéreas cortam o planeta em todas as direções e acentuam a ação humana em todos os lugares. Só o

×\_()

concreto (um símbolo do Antropoceno) consumido nos últimos 20 anos corresponde à metade de todo o concreto até hoje produzido. Portanto, mais que um significado cientificamente fundado na noção de tempo geológico, a proposição de uma “era recente do homem” tem forte simbolismo e nos alerta para os perigos da ação humana sobre o sistema terrestre.

No Antropoceno os ambientes naturais e aos seus significados para o funcionamento do planeta e para o bem-estar dos seres vivos ganham, inevitavelmente, atenção renovada. Uma oportunidade para o Brasil, país que tem poucos competidores no quesito riqueza natural. Se usado de forma inteligente, o nosso patrimônio ambiental poderá se converter em resposta aos riscos à frente e em significativa contribuição ao desenvolvimento sustentável, que todos buscam. Por isso precisamos a todo custo evitar o duplo erro — dilapidar o nosso excepcional patrimônio natural, em benefício de visões e interesses de curto prazo, ou tentar mantê-lo intocado, com força de polícia e cercas de arame farpado. Conhecer, manejar e extrair progresso e riqueza do nosso patrimônio natural, de forma pragmática e sustentável, é um caminho viável para ajudarmos o mundo a lidar com os males do Antropoceno e para conquistarmos um futuro melhor para o Brasil.

Ao debatermos o Brasil no Antropoceno deveríamos revisitar a tese defendida no estudo Brasil, Economia Natural do Conhecimento, realizado pela instituição britânica Demos, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em 2008. O estudo concluiu que o Brasil pode se tornar capaz de desafiar a lógica dominante, segundo a qual as economias baseadas em recursos naturais e aquelas baseadas em conhecimento ocupam extremos opostos do eixo de desenvolvimento econômico. E que a capacidade inovadora do Brasil pode alcançar seu auge com a aplicação da ciência e da engenhosidade de seu povo aos seus exuberantes recursos naturais. A tese ganha enorme atualidade nesse momento em que todos dependemos de soluções criativas para os problemas globais e universais que a humanidade enfrenta.

E a Amazônia é, de longe, o melhor estudo de caso para inserção do Brasil na economia natural do conhecimento. Primeiro, porque precisamos estar mais preparados a argumentar de forma mais inteligente e assertiva com aqueles que insistem que o Brasil deve se responsabilizar sozinho, e de graça, por uma enorme fatia da proteção ambiental do planeta. Segundo, porque já vemos emergir no mundo uma nova economia de base biológica, em segmentos vitais como a agricultura, a saúde, e as indústrias química, de materiais e de energia. E a biodiversidade, a maior riqueza da Amazônia, é matéria-prima essencial para o futuro dessa bioeconomia.

É notória a capacidade do ecossistema amazônico em produzir alimentos e insumos diferenciados, como açaí, guaraná, cupuaçu, castanha-do-pará, essências, óleos, pescados, entre muitos outros. Muito falados, mas pobremente qualificados e valorados são os serviços ambientais e ecossistêmicos produzidos por aquele bioma. Além de alimentos, água e matérias-primas, a Amazônia provê regulação do clima e dos ciclos hidrológicos, fixação de carbono na vegetação e no solo, oferta de diversidade biológica, reciclagem de resíduos e nutrientes, dentre muitos outros serviços. Usar a melhor ciência para qualificar e valorar tais ativos é essencial para mudarmos o rumo do debate e da gestão dos recursos naturais da Amazônia, nos libertando de opiniões e julgamentos simplórios e pouco fundamentados sobre aquele complexo bioma, que constantemente disseminados só causam perplexidade e conflito.

É, portanto, imprescindível que o Brasil organize uma grande coalizão, com universidades, institutos de pesquisa, agências públicas, setor privado, agentes financiadores e parceiros internacionais para produzir avanços concretos na descrição, qualificação e valoração dos serviços ambientais e ecossistêmicos da Amazônia. Essa é a condição essencial para construirmos políticas públicas, governança e narrativas cientificamente substanciadas, capazes de colocar o Brasil e a Amazônia no centro da emergente economia natural do conhecimento.

**\*Maurício Antônio Lopes é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**

..()